

## **Comissão de carnaval**

Elizabeth Ress reitera a importância de a Smads ter assento na comissão de Carnaval. Cita que serão cerca de 850 blocos nesta edição. Informa da importância da comissão responder pelas questões relacionadas ao carnaval na cidade, e não a Smads individualmente. Menciona a importância de constar na camiseta e nas demais peças de comunicação do carnaval o número de denúncia 156, proposta que será levada para a comissão na próxima reunião.

Elizabeth frisa também que não é conveniente constar menção ao conselho tutelar no nas peças de comunicação, fato que afasta as crianças da aproximação dos orientadores socioeducativos e inviabiliza a abordagem nas ruas.

Em relação às tendas multisserviços, Elizabeth Ress aponta a importância da presença do conselho tutelar como serviço de apoio aos demais. Afirma que está em discussão a instalação de 25 tendas na cidade na comissão de carnaval, cujos serviços e órgãos ainda serão confirmados.

Elizabeth aponta que no Carnaval o trabalho infantil não está, usualmente, nos blocos por conta do policiamento; mas ocorre em outros locais e atividades no período, como feiras livres. Na próxima reunião da CMETI, afirma Elizabeth, será comunidade o resultado de reunião a ser realizada com gestores de SEAS a respeito da operação para o carnaval.

## **Projeto Chega de Trabalho Infantil na Indústria da Moda de São Paulo**

A respeito do espaço de pauta reservado à cidade Escola Aprendiz, em específico ao projeto Chega de Trabalho Infantil na Indústria da Moda, foi informada a reunião com supervisores de CRAS (Vila Maria, Mooca e Sé) no dia 3 de janeiro para apresentação do projeto. Também foi reforçado o acordo estabelecido anteriormente para que se concentre nas SAS, com conhecimento da coordenação do Peti em São Paulo, o recebimento de casos a serem repassados pelo projeto ou o encaminhamento de casos identificados pela iniciativa.

Sobre o compartilhamento com o projeto Chega de Trabalho Infantil na Indústria da Moda de SP de listas de infrequência, matrícula e abandono por parte da Secretaria Municipal de Educação (SME), tema discutido em outras oportunidades no GT do Trabalho Infantil da Indústria Têxtil da CMETI e na própria comissão ordinária, foi mencionado pelas representantes da SME presentes na CMETI (Taize Grotto e Márcia xxxx) que o processo deveria, a partir daquele momento, correr via gabinete do secretário, por meio de ofício.

O procurador Bernardo Leôncio sugeriu também a obtenção de dados junto ao conselho tutelar, que obrigatoriamente deve ser notificado dos casos de infrequência escolar; reforçou a importância de a SME abastecer o conselho, e deste comprometer-se em organizar esses dados em seus arquivos para acompanhamento.

Representantes da Cidade Escola Aprendiz, Julia Ventura e Felipe Tau, informaram da urgência na obtenção dos dados (listas de infrequência e abandono) para a realização de busca ativa, mediante formalização de completo sigilo e pactuação dos caminhos legais mais adequados com o poder público. Julia Ventura reforçou o comprometimento da Cidade Escola Aprendiz com o sigilo de dados e reiterou a importância do acesso rápido e atualizado de dados da

educação, o que pode ser determinante para a intervenção em tempo do projeto e prevenção de casos iminentes evasão escolar.

Os gestores do projeto Chega de Trabalho Infantil na Indústria da Moda de SP observaram da importância da metodologia de Busca Ativa desenvolvida pela iniciativa para o fortalecimento da política pública de prevenção e erradicação do trabalho infantil em São Paulo.

O representante Felipe Tau mencionou ainda que o propósito do projeto e de sua discussão na CMETI é levar à comissão a discussão de novas estratégias de identificação e encaminhamento do trabalho infantil na cidade de São Paulo, não apenas na indústria têxtil, mas dos casos em geral, também sendo contemplados nos territórios de atuação do projeto (Brás, Bom Retiro, Belém, Pari, Vila Guilherme, Vila Maria e outros distritos das zonas norte e leste, onde também tem se verificado incidência do perfil de trabalho infantil abordado). O monitoramento da frequência escolar é uma diretriz essencial em todos os casos.

Foi mencionado por Felipe Tau também que tal discussão pode se estender na CMETI, na sua visão, para além dos tempos do projeto, caso este não tenha continuidade após sua fase piloto, a ser encerrada em março de 2020. A expectativa, porém, é que o projeto tenha continuidade, mas para ganhar escala, é fundamental a parceria com o poder público.

Felipe exibiu em uma apresentação os resultados do projeto com a comissão, detalhamento o perfil dos 52 casos identificados, sem identificar as crianças e adolescentes atendidos, a bem do sigilo de seus dados. Foi apontado que, entre os casos de trabalho infantil e/ ou infrequência escolar na indústria têxtil, tem sido muito comum o problema da falta de opções de contraturno dessas crianças, que passam o dia todo nas oficinas. Acabam expostas a trabalhos eventuais ao risco de que este tipo de ambiente e de confinamento trazem (tanto físicos, quanto para o desenvolvimento desta criança). Felipe mencionou que se trata de um ponto de atenção para o GT do Trabalho Infantil na indústria têxtil e se comprometeu a compartilhar os dados de interesse com a comissão e com a coordenação do Peti em São Paulo.

Taize mencionou que a formação para escolas municipais sobre trabalho infantil que vem sendo discutida na CMETI pode ocorrer em março, mesmo que desvinculada do projeto de busca ativa. Foi citado pelo procurador Bernardo Leôncio que já estariam ocorrendo formações sobre trabalho infantil em escolas de uma das áreas da formação sendo planejada pela CMETI. O procurador informou que iria verificar o local dessas formações, sendo realizadas pelo projeto MPT na Escola, para que a CMETI pudesse planejar suas iniciativas.

### **Planejamento das Ações do PETI**

Beth informou que o plano PETI 2019, sobre o qual a CMETI se debruçou e 2019 não foi integralmente aprovado pelo Comas, por conta da solicitação daquele conselho do detalhamento de um plano no eixo de comunicação. Elizabeth Ress informou que tal plano será discutido pela SMADS para que se dê continuidade à aprovação do plano do PETI de 2019 e para que, assim, este possa contar com recursos do AEPETI disponíveis no município de São

Paulo. Foi sugerida a criação de uma comissão na CMETI para apresentar os ajustes no plano de comunicação ao Comas.

No tocante a outros pontos aprovados do plano, a serem custeados com recursos próprios da Smads, desvinculados dos recursos das AEPETI, Elizabeth Ress elencou: formação ampla sobre trabalho infantil com secretarias e o Sistema de Garantia de Direitos; capacitação EAD para o SGDCA; sensibilização social por meio de campanhas permanente de comunicação de 3 a 4 anos; investimento em SCFV.

Elizabeth Ress informa que a prefeitura parou de receber recursos dos AEPETI por não haver executado o que estava em caixa nos anos anteriores. Ela informou que encaminhará o instrumental do plano de 2019 aos membros e participantes da CMETI, de modo que ações que ficaram pendentes possam ser incluídas. A análise do planejamento das ações e das novas contribuições ao plano Peti 2019 será feita na reunião ordinária da CMETI no dia 20 de fevereiro, às 10h. A reunião do GT de trabalho infantil na indústria têxtil de São Paulo será às 9h do mesmo dia.

### **Pesquisa**

A pesquisadora Vanessa xxxxxx, apresentou seu projeto de pesquisa sendo desenvolvido na UFABC a respeito da interação entre a Assistência Social e o Ministério Público do Trabalho (MPT) na agenda do trabalho infantil. A acadêmica apresentou suas hipóteses de pesquisa e o que será investigado, bem como solicitou à comissão a colaboração para suas entrevistas e demais atividades relacionadas ao trabalho.

### **Informes**

Em relação aos informes, Jorge Arthur informou que a sociedade civil não participa da mesa diretora do Comuda até o esclarecimento de questões apresentadas pela OAB. Jorge afirmou, porém, que segue como titular do Comuda na CMETI.